



PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Diário da Assembléia Legislativa - 14ª Legislatura

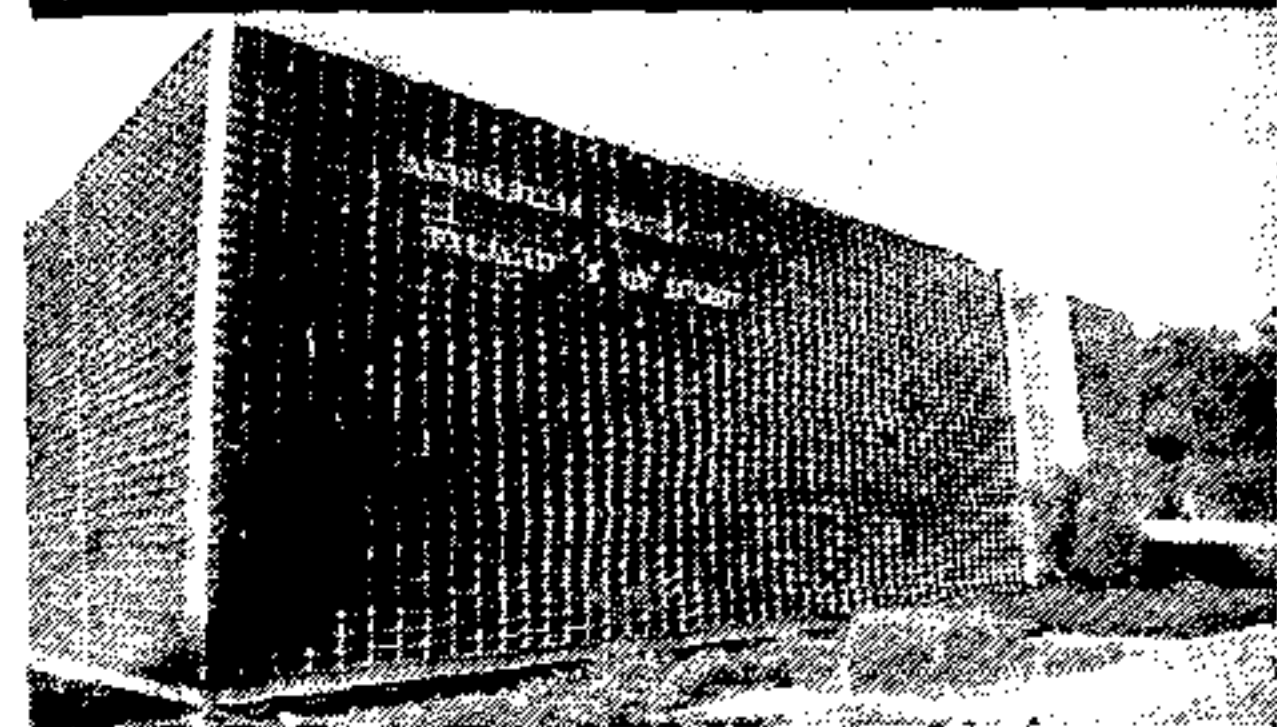
Presidente: Vanderlei Macris

1º Vice-Presidente: Sidney Beraldo
2º Vice-Presidente: Lobbe Neto

1º Secretário: Roberto Gouveia
2º Secretário: Paschoal Thomeu

3º Secretário: Roque Barbiero
4º Secretário: Eduardo Soltur

Poder Legislativo



Palácio Nove de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, Nº 201 - CEP: 04097-900
Ibirapuera - F: 686-6122
<http://www.al.sp.gov.br>

<http://www.imesp.com.br>

Volume 109 • Número 230 • São Paulo, terça-feira, 7 de dezembro de 1999

LEIS

Lei nº 10.430, de 06 de dezembro de 1999

(Projeto de lei nº 321, de 1995)

Dispõe sobre promoção de Praças da Polícia Militar, nas condições que especifica.

O Presidente da Assembléia Legislativa:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 8.º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica assegurado às Praças da Polícia Militar que se encontravam no serviço ativo em 9 de abril de 1970, integrando seus diversos quadros e especialidades, e que passaram à inatividade até 24 de outubro de 1985, promoção ao posto de 2.º Tenente PM, desde que tivessem 30 (trinta) anos ou mais de serviço ou que passaram à inatividade compulsoriamente.

Parágrafo único - Os efeitos pecuniários decorrentes da medida de que trata o artigo anterior são extensivos aos pensionistas.

Artigo 2.º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 06 de dezembro de 1999.

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 06 de dezembro de 1999.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

Lei nº 10.431, de 06 de dezembro de 1999

(Projeto de lei nº 187, de 1998, do Deputado Paschoal Thomeu - PPB)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de campanhas anuais de esclarecimento e de prevenção a doenças endêmicas e epidêmicas no Estado de São Paulo.

O Presidente da Assembléia Legislativa:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 4.º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1.º - É obrigatória a realização de campanhas anuais de esclarecimento e de prevenção de doenças endêmicas e epidêmicas no Estado de São Paulo.

Artigo 2.º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 06 de dezembro de 1999.

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 06 de dezembro de 1999.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

Lei nº 10.432, de 06 de dezembro de 1999

(Projeto de lei nº 692, de 1999, do Deputado Reynaldo de Barros Filho - PPB)

Dá denominação à Usina Hidrelétrica que especifica.

O Presidente da Assembléia Legislativa:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 4.º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a denominar-se "Usina Hidrelétrica Coronel Afonso Negrão" a Usina Canoas II, em Palmital.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 06 de dezembro de 1999.

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 06 de dezembro de 1999.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

ORDEM DO DIA

7 DE DEZEMBRO DE 1999 156ª SESSÃO ORDINÁRIA

Proposições em Regime de Urgência

1- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 38, de 1997, (Autógrafo nº 23888), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, instituindo Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

2- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 521, de 1995, (Autógrafo nº 24254), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Zico Prado, dispondo sobre a criação do "Bilhete Único Metropolitano Regionalizado". Parecer nº 361, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 798, de 1995, (Autógrafo nº 23466), vetado totalmente, apresentado pela deputada Mariângela Duarte, regulamentando o artigo 250 da Constituição Estadual, a fim de universalizar o ensino de 2º Grau. Parecer nº 953, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 486, de 1996, (Autógrafo nº 24069), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nivaldo Santana, autorizando o Governo Estadual a conceder anistia aos servidores públicos que tenham sido demitidos por atividades profissionais paralisadas em virtude de decisão de seus trabalhadores. Parecer nº 1542, de 1998, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 710, de 1996, (Autógrafo nº 23980) vetado parcialmente, apresentado pela Comissão do Meio Ambiente, autorizando o Poder Executivo a participar da constituição de Fundações Agências de Bacias Hidrográficas dirigidas aos corpos de água, superficiais e subterrâneos, do domínio do Estado. Pareceres nºs 1361 e 1362, de 1998, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Defesa do Meio Ambiente, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 85, de 1997, (Autógrafo nº 24368), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Reynaldo de Barros Filho, dispondo sobre as condições para contratos de limpeza do Estado com terceiros. Parecer nº 1061, de 1999, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 123, de 1997, (Autógrafo nº 24066), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Rafael Silva, dispondo sobre a reserva de sete por cento dos imóveis populares para serem comercializados com deficientes ou com familiares de portadores de deficiência. Parecer nº 1522, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 150, de 1997, (Autógrafo nº 23765), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre as diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado. Parecer nº 93, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 279, de 1997, (Autógrafo nº 24366), vetado totalmente, apresentado pela deputada Maria Lúcia Prandi, dispondo sobre a instituição do serviço telefônico "Disque Abuso Infantil". Parecer nº 934, de 1999, de relator especial pela Comissão

de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 393, de 1997, (Autógrafo nº 24273), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadji, autorizando o Poder Executivo a criar, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, o Programa de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto, Roubo e Desvio de Cargas - Procarga. Parecer nº 359, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 546, de 1997, (Autógrafo nº 24277), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, dispondo sobre direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado. Parecer nº 371, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer nº 372, de 1999, de relator especial pela Comissão de Saúde, favorável ao projeto em relação ao inciso X do artigo 2º às expressões que especifica, constantes do inciso XVII do mesmo artigo, aos artigos 3º, 4º e 5º e contrário ao projeto quanto às expressões destacadas do inciso XVII do artigo 2º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 553, de 1997, (Autógrafo nº 24205), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nabi Abi Chedid, autorizando o Poder Executivo a vincular, por substituição e reposição, sem ônus, áreas localizadas no mesmo Município e de igual metragem, indevidamente ocupadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 707, de 1997, (Autógrafo nº 24250), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Rui Falcão, dispondo sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 724, de 1997, (Autógrafo nº 24170), vetado totalmente, apresentado pela deputada Cecília Passarelli, autorizando a Secretaria Estadual da Saúde a distribuir seringas e agulhas descartáveis, aos portadores de diabetes. Parecer nº 157, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16- Discussão e votação do Projeto de lei nº 20, de 1998, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Com 102 emendas e 2 substitutivos. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

17- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 45, de 1998, (Autógrafo nº 24056), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nabi Abi Chedid, estabelecendo critérios para o repasse dos impostos estaduais para os municípios enquadrados nas disposições das Leis 898/75 e 1172/76. Parecer nº 1461, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 143, de 1998, (Autógrafo nº 24367), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nivaldo Santana, instituindo o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer nº 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 220, de 1998, (Autógrafo nº 24362), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Cesar Callegari, dispondo sobre a criação do "Passo Pedagógico". Parecer nº 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 416, de 1998, (Autógrafo nº 24356), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Edmir Chedid, implantando o "Campus" Universitário de Bragança Paulista, vinculado à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp. Parecer nº 712, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 485, de 1998, (Autógrafo nº 24243), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei nº 7645, de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. Parecer nº 134, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 574, de 1998, (Autógrafo nº 24385), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Dalla Pria, dando a denominação de "Luiz Fiorucci" ao Instituto Florestal de Manduri. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23- Discussão e votação do Projeto de lei nº 238, de 1999, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a Fazenda do Estado a alienar, mediante venda, precedida de avaliação e de certame licitatório, imóveis que especifica. Com 3 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

PAUTA

7 DE DEZEMBRO DE 1999 156ª SESSÃO ORDINÁRIA

Em pauta por 5 (cinco) Sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 3, parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1- Projeto de lei nº 980, de 1999, apresentado pela deputada Terezinha da Paulina, criando o Programa de Desenvolvimento das Regiões Sudoeste e Vale do Ribeira.

2- Projeto de lei nº 981, de 1999, apresentado pelo deputado Márcio Araújo, tornando obrigatória a disponibilização, por parte dos "shopping centers" e similares, de cadeiras de rodas destinadas a deficientes físicos e idosos.

3- Projeto de lei nº 982, de 1999, apresentado pelo deputado Edson Aparecido, tornando obrigatória a existência de aparelhos geradores de energia em unidades médicas e odontológicas.

4- Projeto de lei nº 983, de 1999, apresentado pelo deputado José Rezende, instituindo o Programa Sorria São Paulo.

5- Projeto de lei nº 984, de 1999, apresentado pelo deputado Paulo Julião, instituindo a "Semana Estadual de Prevenção do Câncer de Pele".

6- Projeto de lei nº 985, de 1999, apresentado pelo deputado João Caraméz, dando a denominação de "Governador André Franco Montoro" à Escola Estadual Vila Dr. Cardoso III, em Itapevi.

7- Projeto de lei nº 986, de 1999, apresentado pelo deputado José Zico Prado, fixando prazos e critérios para que as lavouras de até cem hectares deixem gradativamente de utilizar o fogo como prática para o despalhamento da cana-de-açúcar.

8- Moção nº 285, de 1999, apresentado pelo deputado Milton Vieira, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de obrigar, após cada publicidade de bebida alcoólica, a seguinte inserção: "A bebida alcoólica vicia e pode matar", nas formas visual, sonora e escrita.

2ª Sessão

1- Projeto de lei nº 975, de 1999, apresentado pelo deputado Arthur Alves Pinto, dando a denominação de "Alfredo da Silva" ao viaduto que dá acesso ao Município de Cedral, no km 425 da Rodovia Washington Luiz.

2- Projeto de lei nº 976, de 1999, apresentado pelo deputado Luis Carlos Gondim, tornando obrigatória a instalação de geradores de energia elétrica em "shopping centers".

3- Projeto de lei nº 977, de 1999, apresentado pelo deputado Pedro Tobias, obrigando a realização de exames para diagnóstico precoce e tratamento de câncer de mama nos hospitais e centros de saúde da rede pública estadual, e naqueles subvencionados pelo Estado.

4- Projeto de lei nº 978, de 1999, apresentado pelo deputado Henrique Pacheco, reduzindo a alíquota do ICMS nas operações internas relativas ao fornecimento de energia elétrica e gás, destinadas ao consumo residencial de habitações populares utilizadas por famílias de baixa renda.

5- Projeto de lei nº 979, de 1999, apresentado pelo deputado Edmur Mesquita, revogando a Lei nº 9801, de 1997, que autorizou o Governo do Estado a instituir "Pedágio Ecológico" na Estrada Velha da Serra do Mar.

6- Moção nº 283, de 1999, apresentada pelo deputado Rodolfo Costa e Silva, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de criar mecanismos legais efetivos para evitar a discriminação e os abusos contra os idosos existentes nos Planos e Seguros de Saúde.

7- Moção nº 284, de 1999, apresentada pelo deputado Hamilton Pereira, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de não importar células de plástico, tanto para as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, quanto para circulação nacional.

3ª Sessão

1- Projeto de lei nº 969, de 1999, apresentado pelo deputado Dimas Ramalho, dispondo sobre a vigilância epidemiológica de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais por uso de agrotóxicos.

2- Projeto de lei nº 970, de 1999, apresentado pelo deputado Sidney Beraldo, dando a denominação de "Marcus França Torres" ao viaduto localizado no Km 201 da Rodovia SP-340, cruzamento com a Rodovia SP-344, no trevo de Aguai.

3- Projeto de lei nº 971, de 1999, apresentado pelo deputado Walter Feldman, declarando de utilidade pública a "União de Núcleos Associação e Sociedade de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco", na Capital.

4- Projeto de lei nº 972, de 1999, apresentado pelo deputado Walter Feldman, declarando de utilidade pública a "Casa de Amparo e Proteção à Infância", em Peruibe.

5- Projeto de lei nº 973, de 1999, apresentado pelo deputado Campos Machado, dispondo sobre a venda, comercialização e disposição ao público para lazer, de jogos eletrônicos que especifica.

6- Projeto de lei nº 974, de 1999, apresentado pelo deputado José Zico Prado, proibindo a suspensão de fornecimento de serviços essenciais à população por falta de pagamento.

SUMÁRIO

| | |
|---|---|
| Leis | 1 |
| Ordem do Dia | 1 |
| Pauta | 1 |
| Oradores Inscritos | 2 |
| Expediente | 2 |
| Atos Administrativos | 4 |
| Comissões | 4 |
| Debates | — |
| Pronunciamentos de Sessões Anteriores | — |

TRIBUNAL DE CONTAS

Este caderno, com 24 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.